

Partido Trabalhista Brasileiro

Plano de Governo

ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ES

Sumário

Medida do Compromisso	2
1 Diretrizes e Valores.....	3
2 Modelo de Gestão	4
3 Pilares Estratégicos	6
3.1 Equilíbrio das contas públicas	6
3.2 Construir avanços sociais	8
3.3 Promover o desenvolvimento econômico diversificado, sustentável e inclusivo	8
3.4 Promover a mudança estrutural e comportamental na relação com os recursos naturais e o meio ambiente	9
3.5 Combater a corrupção	10
4 Áreas de Resultado	11
4.1 Educação	11
4.2 Saúde.....	17
4.3 Desenvolvimento social	20
4.4 Segurança, Justiça e Defesa Social	24
4.5 Gestão Pública	26
4.6 Desenvolvimento Econômico.....	31
4.7 Infraestrutura e Logística	34
4.8 Desenvolvimento Urbano e Regional.....	36
4.9 Meio Ambiente e Agricultura	41
4.10 Cultura, Turismo e Esporte.....	45
5 Considerações Finais	48

Medida do Compromisso

Ao assumir com o povo capixaba, o compromisso para os próximos quatro anos, a coligação **Inovação com Competência** já chega diferente. Aqui, tudo pode ser medido com a régua de competência, da honestidade e da exigência por resultados dos novos tempos.

O programa do nosso governo é sólido, claro e se afasta das tradicionais propostas genéricas. A coordenação é de Bruno Funchal, um dos responsáveis pela política de equilíbrio fiscal do governo Paulo Hartung. Sua presença em nossa equipe é uma das garantias de que o Espírito Santo não se afastará do caminho da seriedade no trato das contas públicas. O outro grande e importante eixo que passamos à consideração dos capixabas é uma revolução nos resultados da educação pública nos próximos quatro anos.

Os principais compromissos:

- Nova forma e gestão;
- 100% das crianças de 4 a 5 anos na pré-escola;
- Cursos profissionalizantes em adequação à demanda do aqui e agora;
- Redução para 2% o índice de evasão escolar de 15 a 17 anos e 0% no nível fundamental II;
- Escola de tempo integral em todo o ensino básico, priorizando o II ciclo do fundamental e o médio;
- Sistema permanente de reforço escolar, até a consolidação do ensino integral.

Enfim, aqui está o compromisso de trabalhar sem trégua contra a corrupção, pelo desenvolvimento econômico, humano e cultural e pelas condições de Índice de Felicidade do Capixaba. Para isso, contamos com a força dos novos tempos. ***A força do agora.***

Aridelmo Teixeira

Coligação PTB/PMB
Inovação com competência

1 Diretrizes e Valores

Nesse plano de governo, o objetivo é apresentar um planejamento de futuro, expondo visões gerais a respeito de diversos temas. Não pretendemos esgotar ou nos restringir a determinados assuntos, muito pelo contrário, o intuito é promover um debate mais amplo com a sociedade capixaba.

As nossas propostas têm como visão a integração e a coerência das políticas públicas, buscando propiciar uma qualidade de vida melhor para os cidadãos. Nosso planejamento tem como pilares o desenvolvimento, seja ele social, econômico, regional e ambiental. Instrumento fundamental é a gestão pública de qualidade, gerando eficiência, transparência e resultados para a população capixaba.

Valores

- ✓ Educação de qualidade como eixo central para o desenvolvimento de uma sociedade melhor e mais justa;
- ✓ Igualdade de oportunidade a todos os cidadãos capixabas;
- ✓ Crescimento econômico sustentável, de forma a promover a superação das desigualdades;
- ✓ Desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental;
- ✓ A corrupção, criminalidade e a impunidade devem ser incansavelmente combatidas por todos;
- ✓ As instituições públicas devem se modernizar, trazendo ganhos de produtividade para o benefício do cidadão;
- ✓ A transparência e a austeridade político-administrativa devem ser base de trabalho da administração pública.

2 Modelo de Gestão

Uma estratégia cria valor para a sociedade mediante sua implantação efetiva. Portanto, com objetivo de criar valor através de entregas para a sociedade o nosso modelo de gestão será baseado em boas práticas de **Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR)**, visando ampliar a capacidade do Estado de produzir resultados significativos e transformadores para a sociedade capixaba.

Os fundamentos da **GEOR**:

- ✓ Foco em um público-alvo bem definido;
- ✓ Orientação para resultado;
- ✓ Visão estratégica;
- ✓ Responsabilidade e compromissos.

O modelo de gestão desse Governo atuará em dois níveis, sendo estes:

- I. Carteira de Projetos Estruturantes; e
- II. Diretrizes e Entregas Estratégicas.

O primeiro nível tem como núcleo principal o **Projeto Estruturante**, que pretende garantir e executar entregas para a sociedade, com definição clara de elementos como público alvo, objetivos e resultados. O conjunto de projetos estruturantes contará com gerenciamento e monitoramento intensivos e o direcionamento adequado dos recursos em prol dos resultados almejados.

O Projeto Estruturante busca organizar e mobilizar os principais recursos, com gestão intensiva do Governo, com objetivo de gerar resultados que contribuam de forma significativa para entregar benefícios relevantes à sociedade, possuindo as seguintes características:

- ✓ Possuir relação positiva forte e direta com os desafios do Governo para o período 2019-2022;
- ✓ Representar o foco de atuação para realizar as principais entregas do Governo à sociedade;
- ✓ Ter efeito multiplicador: capacidade de impulsionar outras iniciativas;

- ✓ Gestão coordenada de suas ações gerando resultados que não seriam possíveis se gerenciados separadamente;
- ✓ Exigir um gerenciamento intensivo com foco na tomada de decisão nos níveis hierárquicos adequados.

O gerenciamento e o monitoramento do Projeto Estruturante devem ser intensivos, incorporar forte senso de urgência, ter caráter empreendedor e estar próximo dos acontecimentos e dos atores relacionados à execução do projeto. Em termos práticos, a gestão do Projeto Estruturante está apoiada em dois requisitos essenciais: responsabilização individual e compromisso coletivo.

A responsabilização individual consiste na alocação das atribuições, dos desafios e dos poderes cabíveis a pessoas físicas e não a cargos genéricos, unidades ou organizações. Significa reforçar a liderança do gerente do projeto – que deve estar próximo do público-alvo e, portanto, com uma percepção mais precisa e completa dos problemas e das oportunidades existentes e potenciais – com o adequado suporte dos responsáveis de ação e integrantes da linha decisória. O compromisso coletivo se constrói na definição das responsabilidades claras e bem especificadas para a execução das ações e a alocação dos recursos necessários.

O segundo nível do modelo de gestão é o acompanhamento das metas de Governo, definidas para cada uma das áreas de resultado e suas respectivas ações.

É através dessa estrutura que pretendemos trabalhar nos próximos anos, gerando benefícios significativos e transformadores para a sociedade capixaba nos grandes temas que necessitam de melhorias na realidade do Espírito Santo.

3 Pilares Estratégicos

Os nossos cinco grandes pilares estratégicos que irão estruturar as iniciativas e ações desse Governo, no mesmo nível de importância, são as seguintes:

- I. CONSTRUIR AVANÇOS SOCIAIS;
- II. EQUILIBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS;
- III. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DIVERSIFICADO, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO;
- IV. PROMOVER A MUDANÇA ESTRUTURAL E COMPORTAMENTAL NA RELAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS E O MEIO AMBIENTE;
- V. COMBATER A CORRUPÇÃO.

3.1 CONSTRUIR AVANÇOS SOCIAIS

O nosso Governo acredita no papel do Estado como equalizador da sociedade por meio de políticas públicas nos campos social e econômico para entregar resultados à sociedade, fazendo chegar aos que mais precisam a promoção social, a inclusão de todos, a diminuição das desigualdades e a redução significativa da pobreza.

É essencial para a sociedade capixaba que o foco da gestão seja com recursos existentes. O nosso Governo decidiu direcionar sua atuação na construção de avanços sociais como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável do Estado.

A **educação** será o pilar desse Governo, no sentido de educar as crianças e preparar jovens autônomos, solidários e competentes, garantindo o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, para a vida adulta. Como uma política pública transversal às demais, ela tem a capacidade de potencializar, tanto positiva quanto negativamente, nas outras políticas públicas de forma direta. Por isso, o Governo trabalhará para tornar real a primeira opção. Assim, é proposto um modelo que visa capacitar os jovens de forma dinâmica, atraente e conectada com as demandas atuais.

Outro ponto fundamental a ser trabalhado pelo nosso Governo é a área da **saúde**. A constituição de 1988 definiu inúmeros direitos para o cidadão, mas os estados (não só o Espírito Santo) necessitam estar em constante aprimoramento do sistema para que, de modo eficaz, consigam cumprir com os seus deveres. Será priorizada a melhoria da gestão nesta área, visando organizar as ações, relações e iniciativas dos vários órgãos e entidades do sistema de saúde, para juntos ofertarem serviços de maior qualidade e eficiência ao cidadão capixaba, seja na atenção primária ou especializada, de modo descentralizado no Estado. Passos importantes nesse sentido é a promoção de encontros e debates das demandas com a população das quatro regiões de saúde do Espírito Santo.

O terceiro aspecto prioritário na área social é a **segurança pública**. Nessa área, a gestão da segurança pública compreenderá um conjunto de ações voltadas à integração entre a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnico Científica, Corpo de Bombeiros Militar e Detran, sendo o foco principal da política pública o fortalecimento das instituições de segurança pública e defesa social, bem como a convergência de esforços destes órgãos na prevenção à violência e redução dos índices de criminalidade. Porém, sabemos que o problema não está apenas no âmbito policial, embora ele seja essencial. O nosso Governo, em parceria com os municípios, com instituições públicas e privadas e principalmente com o protagonismo da comunidade, irá articular diferentes políticas, como cultura, educação, turismo, esporte, entre outras, visando à redução dos índices de violência e ao fortalecimento da cultura da paz nas regiões do Estado com maior vulnerabilidade social.

Em suma, a todos devem ser dadas oportunidades iguais de crescimento individual e de exercício pleno da cidadania, combatendo discriminações, preconceitos e intolerâncias de quaisquer natureza.

3.2 EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

A manutenção do equilíbrio nas contas públicas é de extrema importância. O cenário de incerteza nacional demanda planejamento e foco, de forma a permitir que o Estado amplie cada vez mais sua capacidade de investimentos com recursos próprios e, assim, possa investir em medidas relevantes e de alto impacto para a sociedade e para as futuras gerações.

Temos observado no Brasil inúmeros exemplos de entes federativos com sérios problemas fiscais, causando desordem social e punindo aqueles que mais dependem dos serviços públicos.

Nossos vizinhos Rio de Janeiro e Minas Gerais são exemplos claros dessa situação, com recorrentes faltas de pagamentos a servidores e a fornecedores, não conseguindo prestar a atenção mais básica a sua população.

Por outro lado, o Espírito Santo tem sido um exemplo nesse quesito, e mesmo sofrendo com uma crise mais aguda que os demais estados vêm apresentado uma gestão fiscal equilibrada, mantendo sua capacidade de investimentos e podendo inovar em políticas públicas nas principais áreas como saúde, educação, meio ambiente etc. O equilíbrio das contas é um ativo do estado que deve ser preservado pois é base fundamental para a responsabilidade social, permitindo oferecer melhores serviços à população capixaba.

Deste modo, é importante que o nosso Governo continue com o equilíbrio fiscal e que dedique tempo para planejar e elaborar bons projetos, para que não sejam dados passos maiores do que se é capaz de executar. Princípios como a responsabilidade fiscal e a profissionalização gerencial e administrativa serão guias para a equipe de Governo durante os próximos quatro anos.

Medidas importantes já foram realizadas no último governo, como a reorganização do Orçamento e a assinatura de decretos que visam reduzir os gastos da administração pública e a retomada do equilíbrio financeiro-orçamentário do Estado. Juntamente a isso, medidas de racionalização e qualificação dos gastos públicos, a reestruturação da dívida do Estado, a compatibilização da receita com as despesas estaduais e o aumento da capacidade de investimentos do Estado com recursos próprios.

3.3 PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DIVERSIFICADO, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

Fundamental para as mudanças dos quadros social e financeiro do Estado, o desenvolvimento econômico diversificado, sustentável e inclusivo é a base sólida para a construção de um novo Espírito Santo. Neste ponto, a educação de qualidade, conectada às transformações tecnológicas, coloca-se como condição de extrema necessidade. Trata-se de colocar o Estado nos rumos da competitividade e igualdade de oportunidades para todos os capixabas.

O nosso Governo trabalhará com foco em uma melhoria contínua do ambiente de negócios. O Estado vem evoluindo de forma significativa nesse campo, com a desburocratização na abertura

de novos negócios como o Simplifica-ES, o Código de Defesa do Contribuinte Capixaba dentre outras ações. Mas nem por isso temos que parar. Cada dia que se reduz na burocracia, é um incentivo adicional ao setor produtivo abrir novos negócios e, por conseguinte, melhores empregos e renda, em nosso Estado.

É preciso comunicar nossas qualidades com empresas de fora do Estado. A conquista do equilíbrio fiscal e estabilidade do ambiente de negócios são ativos importantes que precisam ser conhecidos por todos. Assim, nosso governo trabalhará de forma incisiva na diplomacia comercial, com vistas a atrair novos investimentos nacionais e estrangeiros para o Estado. Haverá esforços também para ampliar as operações já instaladas no território capixaba, visando expandir e diversificar a capacidade de gerar riquezas e agregar valor à produção.

É preciso ainda, saber aproveitar as oportunidades nacionais, mas também as estrangeiras, com vistas a lançar ainda mais o Espírito Santo às concorrências internacionais, especialmente no que tange questões de infraestrutura logística, sobre as quais o Estado possui geograficamente uma vantagem competitiva. Tratativas com fundos soberanos internacionais de investimento serão feitas com objetivo de casar nossas potencialidades com os interesses dos investidores internacionais.

Em paralelo, o desenvolvimento econômico deve compatibilizar-se com o meio ambiente, nos parâmetros da sustentabilidade, isto é, os avanços devem ser planejados tendo como pano de fundo uma relação “ganha-ganha” com a natureza e os cuidados com efeitos diretos e indiretos para o meio ambiente. Adicionalmente, buscando inovar na questão do desenvolvimento, o nosso Governo vai avançar em ações relativas à economia verde e acerca da economia criativa, gerando riquezas e prosperidade a partir de seus capitais culturais, simbólicos e intelectuais.

O crescimento econômico deve promover a inclusão social, a superação de desigualdades, criando melhores condições de trabalho e renda para todos os cidadãos capixabas.

3.4 PROMOVER A MUDANÇA ESTRUTURAL E COMPORTAMENTAL NA RELAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS E O MEIO AMBIENTE

A cada dia que passa, mudanças climáticas trazem as mais diversas consequências para a vida dos cidadãos. Recentemente sofremos com uma grave crise hídrica que puniu o Estado, principalmente no interior, e sua economia. Existe hoje a consciência de que essa relação tem de

ser sustentável e harmônica, para garantir o uso desses recursos pelas gerações futuras. Isto implica a necessidade de um elevado grau de governança e compromisso com o coletivo e com o meio ambiente no presente.

O desafio atual é mobilizar esforços para avançar positivamente nas questões hídricas e florestais, conciliando a geração de riqueza e de bem-estar social com a preservação do meio ambiente, além de ampliar o debate em relação à redução da poluição do ar, do solo e das águas.

Entendemos como primordial a mudança estrutural e comportamental de todos na relação com os recursos naturais e com o meio ambiente, por meio do diálogo permanente e transparente com a sociedade e da busca por soluções eficientes e alternativas de curto, médio e longo prazos.

Nossas iniciativas visam contemplar a recuperação e a proteção de nascentes, o reflorestamento e a preservação de áreas estratégicas à absorção de água das chuvas, a adoção de medidas inovadoras no uso da água em processos produtivos, a implantação de soluções técnicas eficientes ao controle das emissões de poluentes atmosféricos e o estímulo ao uso de energia limpa. Envolve, principalmente, a mudança comportamental da sociedade, buscando maior racionalidade, solidariedade e reutilização dos recursos naturais, para garanti-los em quantidade e qualidade necessárias à manutenção da vida atual e das futuras gerações.

3.5 COMBATER A CORRUPÇÃO

Outra diretriz estratégica para o momento atual de travessia à crise é o contínuo combate à corrupção no Estado. A sociedade, em diferentes formas de manifestação, necessita de gestores públicos com valores como integridade, honestidade, transparência, ética e responsabilidade e corrupção zero. Os desvios de recursos públicos e o patrimonialismo afetam os princípios republicanos e devem ser combatidos permanentemente. O Governo terá tolerância zero.

Para esse combate acreditamos que dois mecanismos são fundamentais para bons resultados: transparência e punição.

É preciso discutir e difundir as leis e medidas de combate à corrupção nas organizações públicas e privadas, proporcionando maior entendimento e adesão às responsabilidades de gestores e servidores públicos e conscientizando-os sobre as possíveis consequências penais no caso de ilegalidades.

4 Áreas de Resultado

Cada área de resultado desdobra-se em: **desafios** que devem ser enfrentados e representam os objetivos de transformação pretendidos em cada área; e em **metas**, que são a mensuração desses desafios no médio e no longo prazo. Estes permitem projetar cada área de resultado de sua situação atual para o futuro desejado. As metas irão garantir o contínuo monitoramento e correção dos rumos das ações e, também, irão orientar com maior precisão o dimensionamento de recursos a serem empregados em cada área específica.

Este conjunto de elementos esclarece **‘o que’ deve ser feito**; o **‘como’** é respondido pelas propostas de **ações**, que constituem o caminho e as medidas necessárias (o que não pode deixar de ser feito) para o alcance das transformações desejadas para o Espírito Santo.

Em síntese, o plano de governo demonstra claramente as escolhas e as prioridades para os próximos anos, listando as soluções que, de fato, trarão mudanças significativas para a realidade do Estado. As áreas de resultado e seus respectivos desafios, metas, e ações são apresentadas detalhadamente a seguir.

4.1 EDUCAÇÃO

A área de educação é prioritária, elemento chave para nossa competitividade pelo ganho de produtividade do capixaba. A qualificação das nossas crianças, jovens e trabalhadores, do ensino infantil até o nível superior, com destaque para o técnico, é a base necessária para o desenvolvimento sustentável da sociedade capixaba, nas três dimensões: social, econômico e ambiental. A partir da reflexão estratégica e da análise da situação atual da educação no Estado, foram identificados seis grandes desafios para essa área de resultado.

O Governo do Estado tem atuação direta desde os anos iniciais do ensino fundamental até a Educação de Jovens e Adultos (EJA). No entanto, a análise dos indicadores educacionais do Estado indica a existência de gargalos, em especial nos anos finais do ensino fundamental (EF II), com impactos no desempenho do ensino médio (EM) capixaba e estagnação ao longo do tempo, e ainda, na plena implantação de políticas de educação inclusivas.

Em 2015, segundo dados do portal QEd¹, somente 32% dos alunos do 9º ano do EF II da rede pública² alcançaram níveis de aprendizado considerados adequados³ na disciplina de português e apenas 16% na disciplina de matemática – valores inferiores aos de outros estados como Minas Gerais e Santa Catarina, mas melhores ou estagnados que em relação a 2013 (27% e 16%, respectivamente). Acresce que, no ano de 2016, a proporção média de alunos reprovados⁴ em escolas públicas nos anos finais do ensino fundamental foi de 18,2%, segundo indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a maior na comparação com os anos iniciais (7,2%) e com o ensino médio (17%). Trata-se de um aumento de 2.3 p.p. na reprovação dos alunos capixabas do EF II, em relação ao ano de 2010.

Desafios:

1. *Elevar a qualidade do ensino e aprendizagem no setor público*

Metas

- ✓ Aumentar o IDEB ensino médio para 4,7 em 2019 e 5,0 em 2021;
- ✓ Redução da taxa de evasão escolar em 24,5% a cada ano;
- ✓ Avaliar, por meio de avaliação trimestral, 98% dos alunos;
- ✓ 100% das escolas com IDEB abaixo da média serão avaliadas em profundidade, com vistas a diagnosticar necessidades de infraestrutura e os desenvolvimentos didáticos pedagógicos dos professores e de gestão dos diretores do ensino médio;
- ✓ 70% de participação média das famílias no acompanhamento escolar;
- ✓ Escola Viva: qualificação de 100 escolas de ensino médio, sendo no mínimo uma por município, com implantação de 25% a cada ano.

Ações

¹ **Fonte:** Portal QEd. Disponível em <http://www.qedu.org.br>. Acessado em 30 de julho de 2018.

² Engloba escolas municipais e estaduais.

³ Essa classificação qualitativa foi definida por Chico Soares com base na escala do SAEB. Essa classificação não é oficial. A Escala de Aprendizado possui quatro níveis: avançado; proficiente; básico; e insuficiente, sendo as duas primeiras consideradas adequadas e as demais inadequadas.

⁴ Ao final de um ano letivo, alunos matriculados em escolas públicas brasileiras podem ser aprovados, reprovados ou abandonar os estudos.

- » Ofertar vagas de tempo integral no ensino médio para quem optar por essa modalidade;
- » Disponibilizar reforço escolar permanente para os anos finais do ensino fundamental II e para o ensino médio implantado;
- » Avançar na implantação da educação inclusiva;
- » Implantar avaliação trimestral de alunos;
- » Implantar sistema de diagnóstico das necessidades de desenvolvimentos didáticos pedagógicos dos professores e de gestão dos diretores e de professores do ensino médio, para escolas com IDEB abaixo da média;
- » Acelerar as obras de construção e reformas de escolas;
- » Valorizar, organizar e recompor gradualmente o quadro do magistério;
- » Desenvolver nova política de formação para diretores e para o magistério;
- » Engajar a comunidade escolar no processo educacional;
- » Aproximar as famílias da escola.

2. Melhorar a educação na fase inicial da vida

Metas

- ✓ 100% das crianças de 4-5 anos na pré-escolas;
- ✓ 55% das crianças de 0-3 anos em creches.

Ações

- » Transferir recursos para os municípios para custear a construção de creches e pré-escolas;
- » Assumir, no Governo Estadual a responsabilidade por oferta de até 100% do Ensino Fundamental II em todos os municípios que assim o desejarem.
- » Parceria com os municípios para que seja aplicada, de forma padronizada, as melhores práticas de ensino e gestão escolar;

3. Melhorar e fortalecer a gestão da escola

Metas

- ✓ 100% das Escolas do Estado com novo modelo de gestão implantado.

Ações

- » Implantar um novo modelo de gestão;
- » Implementar nas unidades escolares plano estratégico, plano de ação anual e seu monitoramento;
- » Aprimorar a seleção e capacitação de diretores de escola.

4. Qualificar o jovem para o mercado de trabalho e organizando o ensino médio para alinhar os alunos às novas demandas do mundo do trabalho

Metas

- ✓ Oferta de 25% das vagas no ensino médio integradas à educação profissional;
- ✓ Garantir a implementar 100% da Base Nacional Comum Curricular.

Ações

- » Qualificar a oferta de vagas de ensino técnico profissionaliza, disponibilizando por meio de parcerias toda estrutura para os municípios com mais de 50.000 habitantes, para o fomento e manutenção de escolas de formação técnica, respeitando a vocação regional e fazendo parcerias com a rede privada de educação profissional;
- » Combinar estudos com oportunidades de aprendizagem profissional, oferecendo estímulos efetivos às empresas que aceitem desenvolver parcerias com as escolas públicas e particulares e que ampliem a profissionalização dos jovens;
- » Capacitar os professores para a implantação da BNCC, especialmente na parte diversificada e olhando as necessidade e vocações do Estado;

- » Estimular e acelerar projetos de absorção de tecnologias nos processos pedagógicos, tanto nas escolas públicas quanto nas escolas particulares, capazes de desenvolver estes processos de forma mais efetiva;
- » Focar o aprendizado baseado em projetos multidisciplinares e integrados as questões profissionais e com o olhar apontado para o futuro que se apresenta;
- » Ampliar as oportunidades de intercâmbio para estudantes do Ensino Médio;
- » Desenvolver ações diferenciadas nas escolas do campo, valorizando a cultura de cada região;
- » Reduzir a evasão escolar dos jovens nos bairros de alta vulnerabilidade social.

5. Elevar a eficácia da educação de jovens e adultos

Metas

- ✓ 12 anos da escolaridade média dos jovens de 18 a 29 anos.

Ações

- » Ofertar vagas de tempo integral no ensino médio para quem optar por essa modalidade;
- » Disponibilizar reforço escolar permanente para os anos finais do ensino fundamental II e para o ensino médio implantado;
- » Avançar na implantação da educação inclusiva;
- » Implantar avaliação trimestral de alunos;
- » Implantar sistema de diagnóstico das necessidades de desenvolvimentos didáticos pedagógicos dos professores e de gestão dos diretores e de professores do ensino médio, para escolas com IDEB abaixo da média;
- » Acelerar as obras de construção e reformas de escolas;
- » Valorizar, organizar e recompôr gradualmente o quadro do magistério;
- » Desenvolver nova política de formação para diretores e para o magistério;

» Engajar a comunidade escolar no processo educacional;

Aproximar as famílias da escola.

Assim, o desafio é elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem na rede pública do Estado. Adicionalmente, além dos baixos resultados no IDEB, em 2016, aproximadamente 15 alunos a cada 100 estavam com atraso escolar de 2 ou mais anos, de acordo com o INEP.

Em relação à alfabetização, há ainda espaço para avanços nas terras capixabas. Seguindo as orientações do Ministério da Educação, através do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e buscando cada vez mais parceria com os municípios, o desafio para o Estado nesse segmento é **assegurar que 100% das crianças entre 4-5 anos estejam na pré-escola**. Em 2015, uma pesquisa desenvolvida pelo Centro de Apoio de Implementação das Políticas de Educação (CAPE) do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) divulgou uma pesquisa na qual foi constatado que dentre os municípios do estado que responderam à pesquisa, haviam 3.618 crianças na fila aguardando matrícula na pré-escola.

Já a população de 15 a 17 anos de idade que frequentava o Ensino Médio ou havia concluído a Educação Básica no Espírito Santo, ainda mostra um número assustador de abandonos, reprovações e desistências em 2017⁵. Espera-se que esse percentual seja reduzido e que toda a população entre 15 e 17 anos esteja na escola e possam concluir este ciclo até o final da vigência do PNE que está programado para 2024.

O Ensino Médio está desconectado da realidade do estudante, sendo visto na escola privada como uma etapa preparatória para o vestibular no qual as famílias e estudantes se preocupam basicamente com a faculdade a ser cursada e com uma meta muito distante para os alunos da escola pública, que ficam dependentes de políticas de cotas de toda natureza para acessar o ensino superior e ou continuar a sua formação profissional.

Observa-se uma baixa convergência das propostas pedagógicas às necessidades do mundo real, com grande quantidade de conteúdos com baixa absorção devido à fraca base de conhecimentos e limitada utilidade, sempre com foco academicista. Nesse contexto, a implementação da BNCC para o Ensino Médio vem **organizar o ensino médio criando condições de preparação do aluno para o mundo do trabalho**.

⁵ **Fonte:** Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE – 2018

No tocante à educação superior e profissional, é necessário **qualificar o jovem capixaba para o mercado**, com foco na demanda do mercado de trabalho. Além disso, é preciso **eleva a eficácia da EJA**, fornecendo educação de qualidade para jovens e adultos.

Outro desafio na esfera educacional é **melhorar e fortalecer a gestão da escola**, visando uma gestão mais eficiente, participativa e com foco nos resultados positivos de aprendizagem dos alunos das escolas da rede pública estadual.

4.2 SAÚDE

A Saúde é outra área essencial para o nosso Governo e que demanda concentração de grandes esforços e recursos para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos capixabas. Nesta área, foram identificados quatro grandes desafios, nove metas e dezenove ações foram propostas, como visto a seguir.

Desafios:

1. Ampliar a resolutividade e cobertura da rede primária de saúde

Metas

- ✓ 98% de cobertura populacional atendida pelas Equipes de Saúde da Família – ESF;
- ✓ Redução da mortalidade infantil;
- ✓ Redução em 90% do índice de internação por causas sensíveis à atenção primária;
- ✓ .

Ações

- » Qualificar os profissionais da atenção primária;
- » Melhorar a infraestrutura da rede básica de saúde nos municípios
- » Readquirir a capacidade de co-financiamento da atenção primária.

2. Ampliar e facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde especializada mais humanizados

Metas

- ✓ Reduzir o tempo de espera para a realização de exames, consultas e cirurgias em igualdade com a rede particular;
- ✓ Implantar 5 Centros de Consulta e Exames Especializados;
- ✓ 100 novos leitos de saúde mental em hospitais gerais;
- ✓ Liberação/criação de 200 novos leitos clínicos, cirúrgicos e UTIs, em serviços já existentes;
- ✓ Equiparar a oferta de serviços especializados à rede privada.

Ações

- » 4 Hospitais Regionais de Referência adequados para atendimento ao idoso;
- » Construção do Hospital Geral de Cariacica;
- » Adequar maternidades para rede materno-infantil;
- » Ampliar os serviços do SAMU;
- » Implantar o complexo regulador;

3. Aumentar o protagonismo do cidadão nos cuidados com a própria saúde

Metas

- ✓ Reduzir as entradas no sistema de saúde causadas por acidentes de trânsito;
- ✓ Reduzir as doenças sexualmente transmissíveis;
- ✓ Aumentar o percentual da população que pratica exercícios regularmente.

Ações

- » Realizar campanhas educativas de promoção de hábitos saudáveis para melhorar a qualidade de vida;
- » Realizar campanhas sobre doenças sexualmente transmissíveis;

- » Apoiar os municípios para implantação de equipamentos para academias populares.

4. Melhorar a gestão do Sistema de Saúde

Metas

- ✓ 100% de transparência no gasto do Governo na saúde;
- ✓ Gestão de informação 100% integrado em BI.

Ações

- » Realizar seleção pública de gestores da rede hospitalar e superintendências por meritocracia;
- » Gestão por resultados na rede própria;
- » Planejar e fortalecer a rede regional de saúde, com foco na atenção primária;
- » Usar modelo de *Preço de Referência* na compra de medicamentos;
- » Usar o Portal de Transparência para gestão das filas de espera implantado.

A porta de entrada do cidadão no sistema de saúde é a atenção primária, que integra ações preventivas e curativas. É o primeiro recurso buscado pela população. Por isso, deve ser orientada por princípios como acessibilidade, vínculo com o serviço e continuidade ao longo do tempo, integralidade e responsabilização da atenção primária pelos problemas de saúde, ainda que outros níveis de atendimento sejam necessários.

Outro fator relevante para os avanços e a qualidade da atenção primária é o aumento do acompanhamento das famílias por profissionais qualificados em atenção básica. A taxa de cobertura populacional das Equipes de Saúde da Família (ESF), responsáveis por intervir sobre os fatores de risco aos quais a comunidade sob sua tutela está exposta, com realização de atividades de educação e promoção da saúde, é crescente no Estado desde o início da última década.

Em 2014, 61,6% da população capixaba estava coberta no programa Saúde da Família, passando para 63,5% em 2017⁶. Quando comparado a outros Estados, com Minas Gerais e Santa Catarina,

⁶ Fonte: DAB.

observa-se espaço para avanços significativos. Por isso, ainda é um desafio para o Governo **ampliar a resolutividade e a cobertura da rede primária de saúde**.

Além da grande relevância da atenção primária, ressalta-se a importância da atenção especializada, visto que as necessidades de saúde são amplas e complexas. Somado a isto, a modificação do perfil epidemiológico da população resulta na maior incidência de doenças crônicas, sendo essencial a articulação entre esferas governamentais e intermunicipais para formação de uma rede de atenção à saúde, no intuito de **ampliar e facilitar o acesso do cidadão aos serviços de saúde especializados e mais humanizados**. O objetivo é que o cidadão capixaba consiga ter um atendimento de qualidade o mais próximo possível de sua residência.

Para suportar o alcance desses desafios finalísticos, é preciso também avançar na reorganização e reestruturação da saúde no Estado. Desse modo, é preciso **melhorar a gestão do Sistema de Saúde**, a começar pelas atividades e processos da própria Secretaria de Estado de Saúde (SESA). É preciso dar eficiência e qualificação aos serviços prestados aos cidadãos capixabas, com base em meritocracia, transparência e planejamento.

Não obstante todo o suporte à saúde fornecido pelo Estado e pelos municípios capixabas é necessário também **aumentar o protagonismo do cidadão nos cuidados com a própria saúde**, por meio da prática de exercícios físicos e através de uma alimentação balanceada. É preciso difundir a consciência do cuidado e da responsabilidade com a própria saúde.

4.3 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O conceito de desenvolvimento está relacionado não apenas ao desenvolvimento econômico de um Estado, mas também à igualdade de oportunidades a todos capixabas, à emancipação social e à melhoria no padrão de vida da sua população, estando relacionado, em especial, com a parcela mais vulnerável dessa sociedade. Nesse sentido, três principais desafios são colocados para o Espírito Santo nos próximos quatro anos, dos quais se desdobram sete metas e vinte e uma propostas de ações, como apresentado a seguir.

Desafios:

1. Reduzir a extrema pobreza

Metas

- ✓ Reduzir a taxa de extrema pobreza.

Ações

- » Aprimorar o Bolsa Capixaba, ampliando as oportunidades de trabalho e renda para as famílias e para os jovens de 15 a 24 anos;
- » Apoiar os municípios na ampliação da cobertura do programa Segurança Alimentar e Nutricional;
- » Capacitar equipes sócio assistenciais para atender famílias em situação de vulnerabilidade social.

2. Aperfeiçoar a rede de atendimento socioeducativo

Metas

- ✓ Diminuir a taxa de reingresso no sistema socioeducativo;
- ✓ Aumentar o número de egressos do sistema socioeducativo inseridos no mercado de trabalho.

Ações

- » Ampliar o acesso ao ensino regular fundamental e médio aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;
- » Aumentar a rede de liberdade assistida e de prestação de serviços comunitários em parceria com os municípios;
- » Ampliar o acesso à atenção integral em saúde pelo SUS aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;
- » Aperfeiçoar o sistema socioeducativo, garantindo educação de tempo integral profissionalizante;
- » Realizar parcerias com empresas para oferta de trabalho aos adolescentes egressos;
- » Ofertar novas vagas no sistema socioeducativo.

3. Ampliar a proteção social e o acesso aos direitos humanos aos segmentos vulneráveis

Metas

- ✓ Reduzir a taxa de homicídios de jovens (15 a 24 anos);
- ✓ Reduzir a proporção de jovens (15 a 24 anos) que não estudam, não trabalham e não procuram emprego (Nem-nem-nem);
- ✓ 4 mil jovens de 15 a 29 anos contemplados com projetos culturais esportivos e serviços de convivência, nos bairros de alta vulnerabilidade social;
- ✓ 400 empreendedores culturais, esportivos e turísticos formados com foco nos territórios de alta vulnerabilidade social
- ✓ Reduzir o percentual de crimes contra a mulher;
- ✓ Erradicar o trabalho infantil.

Ações

- » Reduzir os índices de violência e fortalecimento da cultura da paz;
- » Ampliar as oportunidades de trabalho e renda para os jovens de 15 a 29 anos;
- » Formar agentes de segurança e defesa social em mediação de conflitos e direitos humanos;
- » Ampliar a atuação da Patrulha da Comunidade nos bairros de alta vulnerabilidade social;
- » Expandir e fortalecer a rede de atendimento e proteção das mulheres vítimas de violência;
- » Promover o acesso da população em situação de vulnerabilidade social à justiça por meio de parcerias com o poder judiciário;
- » Dar publicidade as políticas públicas de prevenção, recuperação e ressocialização de dependentes químicos.

No Espírito Santo, em 2014, a RDPC (Renda Domiciliar *per capita*) dos capixabas era de R\$ 1052 mensais⁷, atrás de Estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, apesar de o Estado ter apresentado o quinto melhor PIB *per capita* entre todas as UFs, naquele ano, com R\$ 33.149,00.

Nesse mesmo período, a porcentagem de pobres era de 7,5% no Espírito Santo, subindo para 8,8% no ano seguinte. Apesar dos avanços alcançados em relação ao crescimento, há uma parcela da população que ainda se encontra em situação de vulnerabilidade social, e é necessário um esforço do Governo do Estado e articulação com municípios para **reduzir a extrema pobreza**.

O conceito de vulnerabilidade engloba também minorias e segmentos mais marginalizados, tais como mulheres vítimas de violência doméstica, população em situação de rua, catadores, pessoas com deficiência, adolescentes em serviços de proteção jurídica e social, além de idosos em situação de abandono ou negligência. É importante também mencionar a dependência química como um fator catalisador das condições de vulnerabilidade.

Nesse contexto, as figuras do jovem e da mulher são preocupantes. Segundo dados do Mapa da Violência de 2014, a taxa de homicídio de pessoas com 15 a 29 anos no Espírito Santo, em 2012, era a segunda maior do país (101,7 por 100 mil habitantes), atrás apenas de Alagoas (138,3 por 100 mil habitantes). Apesar dessa taxa ter caído em 2014 (92,5 por 100 mil habitantes), ainda somos o quinto Estado com maior número de jovens mortos por armas de fogo, de acordo com o Mapa da Violência de 2016. O panorama da violência contra a mulher também é crítico no Estado. De acordo com o Mapa da Violência 2015, o Espírito Santo, o segundo Estado mais violento do Brasil nesse quesito, teve em 2013 uma taxa de 9,3 vítimas de homicídio por 100 mil mulheres. Bem acima da média nacional de 4,8. Assim sendo, outro desafio para o Governo é **ampliar a proteção social e o acesso aos direitos humanos aos segmentos vulneráveis** da população capixaba.

Destaca-se também a necessidade de maior inserção produtiva da população ocupada, em especial dos jovens, em empregos formais. Em 2015, 13,8% dos jovens capixabas entre 15 e 29 anos nem estudavam, nem trabalhavam e nem procuravam emprego (sendo conhecidos por jovens “nem-nem-nem”), proporção maior que a brasileira e bastante significativa.

Pesquisas mostram que a propensão a ser ‘nem-nem’ (nem estudar, nem trabalhar) está fortemente associada ao fato de o jovem ser mulher e ter filhos, ter baixa escolaridade e possuir

⁷ Fonte: IDGE. Disponível em: <https://www.desafiosdosestados.com/indicadores-mapa>

baixa renda. Transições da escola para o mercado de trabalho ou entre diferentes ocupações podem colocar o jovem temporariamente nesta situação, mas quanto maior o tempo, menor a chance de retornar ao mercado de trabalho ou à escola⁸. É importante ressaltar que o trabalho e a geração de renda são considerados fundamentais para que aquelas pessoas que dependem de programas de transferência de renda, possam se emancipar desta situação.

Outro desafio é o de **aperfeiçoar a rede de atendimento socioeducativo**, com o objetivo de diminuir a reincidência dos jovens no crime e aumentar a inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Para isso, é imprescindível que o Governo atue de forma integrada para atacar as causas que levam os jovens a infringir a lei e dar oportunidades que os afastem de situações de risco. Estimular a frequência escolar e as atividades culturais e esportivas, ampliar a atenção à saúde e prover maior segurança na região onde moram, são alguns dos exemplos do que pode ser feito, especialmente na faixa de idade entre 15 e 29 anos e naquelas localidades onde há mais pessoas em situação de vulnerabilidade.

4.4 SEGURANÇA, JUSTIÇA E DEFESA SOCIAL

A segurança pública é apontada como um dos fatores críticos do Espírito Santo e compete primordialmente ao governo estadual. Apesar dos avanços nessa área, o Estado ainda se apresenta com alto número de homicídios, em 2015 a taxa correspondeu a 37 a cada 100 mil habitantes, a maior entre os estados do Sudeste⁹. Apesar do nível elevando a evolução tem se mostrado positiva pois esse número tem se reduzido significativamente. O primeiro semestre de 2018 apresentou a menor taxa desde 1996. A reflexão sobre esta situação revela dois principais grandes desafios para essa área de resultado, em consequência, traz cinco metas e propomos doze ações.

Desafios:

1. Diminuir os crimes contra vida e patrimônio

⁸ Costa, J. S. de M.; Ulyseia, G. O Fenômeno dos Jovens Nem-Nem. Em: Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros. Carlos Henrique Corseuil e Rosana Ulhôa Botelho (Org.). Ipea, Rio de Janeiro, 2014.

⁹ Fonte: IDEG. Disponível em: <https://www.desafiosdosestados.com/indicadores-mapa>

Metas

- ✓ Estar entro os 5 estados com a menor taxa de homicídio do país;
- ✓ Aumentar a apreensão de armas de fogo e munições;
- ✓ Aumentar o 50% de resolutividade de inquérito de crimes letais intencionais;

Ações

- » Intensificar a atuação policial nos territórios de maior criminalidade alinhada com outras ações sociais;
- » Modernizar e reaparelhar constantemente as instituições policiais;
- » Modernizar a identificação civil e criminal (digitalização do banco de dados de impressões digitais) no âmbito da PCES, através da Parceria Público Privado;
- » Criar a Gerência do Observatório da Segurança Pública na estrutura organizacional da SESP (processo administrativo em curso);
- » Ampliar a prevenção e do enfrentamento da violência contra mulheres e jovens;
- » Aumentar operações com foco na apreensão de armas e munições, envolvendo articulação com poderes, instituições e sociedade na defesa da cultura da paz;
- » Fortalecer a polícia técnico científica;
- » Intensificar as operações de inteligência;
- » Integrar a base de dados (Detran/ES, Receita, SESA, SEJUS, dentre outras);
- » Construir, reformar e padronizar as Unidades de Segurança;
- » Finalizar as unidades do Corpo de Bombeiros Militar.

2. Aumentar a eficácia do sistema prisional e ressocialização

Metas

- ✓ Reduzir o reingresso criminal;
- ✓ Reduzir a taxa de ocupação prisional.

Ações

- » Aumentar a oferta de qualificação profissional, escolarização e trabalho para os internos;
- » Apoiar o Poder Judiciário na implementação da Audiência de Custódia;
- » Ampliar o uso das tornozeleiras eletrônicas.

Apesar do indicador de homicídios apresentar contínuas reduções nos últimos anos, em especial, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) houve um aumento de 25% em relação aos crimes letais intencionais do quarto trimestre de 2016 para o quarto trimestre de 2017. Além disso, Presidente Kennedy, Vila Valério, Jaguaré, Conceição da Barra e Fundão, destacam-se como os municípios com a maior taxa de crimes violentos contra pessoa no último trimestre de 2017¹⁰

Por isso, apesar dos avanços nessa área, **diminuir os crimes contra a vida** ainda se coloca como desafio prioritário para o Espírito Santo nos próximos anos.

Outro desafio relevante é o de **aumentar a eficácia do sistema prisional e da ressocialização** dos indivíduos que infringiram a lei. O número de presos por 100 mil habitantes maiores de 18 anos no Espírito Santo apresenta crescimento constante e elevado. Em 2016 a taxa capixaba era de 488,5, situando-se bem acima da média nacional de 352,6¹¹. Naquele ano, o indicador capixaba encontrava-se na 6ª posição dentre as 27 UFs, aproximando-se dos estados com maior número de presos no Brasil.

4.5 GESTÃO PÚBLICA

A sociedade, cada vez mais informada e conectada com o mundo, demanda gradativamente serviços públicos de maior qualidade, mais complexos e custosos, o que requer soluções cada vez mais modernas e eficientes. Nesse contexto, cinco grandes desafios se fazem presentes para o Governo do Estado e com eles são definidas nas seguintes metas e ações propostas:

1. Garantir o equilíbrio fiscal sustentável

Metas

- ✓ Aumentar em 50% a capacidade de investimentos com recursos próprios;

¹⁰ Fonte: IBGE, GEA/SEPS.

¹¹ Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN – Junho/2016.

- ✓ Manter 3% da receita corrente líquida como reserva de caixa para fenômenos da natureza;
- ✓ Garantir 100% do Monitoramento e Avaliação dos resultados das políticas públicas.

Ações

- » Aperfeiçoar a institucionalidade fiscal do Estado, com a proposição da Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual;
- » Conter, de forma racional, os gastos de custeio, até a eliminação das mazelas sociais incompatíveis com as sociedades desenvolvidas do século XXI;
- » Usar o modelo de *Preço de Referência* para compras públicas.

2. Melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos

Metas

- » Diminuir o tempo de tramitação dos processos administrativos;
- » Reduzir o tempo da entrega do serviço público;
- » Melhorar os resultados de pesquisa de satisfação do usuário.

Ações

- » Ampliar e fortalecer a oferta de serviços públicos pela internet;
- » Mapear e otimizar processos com foco na desburocratização e orientação de resultados;
- » Melhorar os serviços públicos por meio de novos modelos de gestão (ex.: PPP, OS e OSCIP);
- » Melhorar o atendimento de serviços públicos para a população.

3. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional do servidor público

Metas

- ✓ Diminuir o índice de absenteísmo;
- ✓ Ampliar a capacitação e formação do servidor;
- ✓ Melhorar a qualidade de vida no trabalho;
- ✓ Elevar os níveis de produtividade.

Ações

- » Implantar mecanismos de incentivo ao desempenho do servidor e de sua avaliação com base em critérios objetivos;
- » Selecionar profissionais para cargos da alta gestão;
- » Promover a qualidade de vida dos servidores;
- » Alocar de forma coerente o servidor de acordo com suas habilidades (trilhas de capacitação);
- » Formar os servidores de forma orientada para resultados, ampliando sua capacidade de produzir, avaliar e comunicar benefícios relevantes para a sociedade;
- » Formar novas lideranças, com foco na criatividade e inovação na gestão pública.

4. Aprimorar a transparência das informações e os canais de comunicação com o Governo bem como prevenir e combater a corrupção

Metas

- ✓ Melhorar o índice de transparência;
- ✓ Ampliar a participação popular;
- ✓ Melhorar a posição no *ranking* de gestão, especialmente no item “corrupção”.

Ações

- » Combater, com tolerância zero, à corrupção;
- » Implantar as transações financeiras do Estado utilizando a tecnologia Blockchain;

- » Fortalecer e instrumentalizar a Corregedoria do Poder Executivo;
- » Ampliar a participação da sociedade no desenvolvimento e implantação das políticas públicas;
- » Reformular o Portal da Transparência.

Para atender essa demanda cada vez mais complexa e criteriosa, é preciso buscar constantemente **melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos**. Trata-se, por exemplo, da diminuição dos tempos de tramitação de processos administrativos, da redução do tempo da entrega do serviço público e do aumento da eficácia na prestação dos serviços aos cidadãos. A *internet* deve ser a grande aliada do Governo para ampliação e fortalecimento da oferta de serviços públicos de modo *online*, ganhando mais agilidade e escala.

Outro desafio da gestão pública capixaba é **promover o desenvolvimento pessoal e profissional do servidor público**. A busca por esse desafio, além de contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento do servidor, baseado em valores como meritocracia e qualidade de vida, contribui também para melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos. Partindo da lógica de que quanto mais capacitado e motivado for o profissional, melhores são os resultados de seu esforço individual.

Para alcançar tais melhorias é necessário o trabalho em diferentes áreas. Novas soluções de governança público-privadas, uma maior capacidade de gestão estratégica para orientar a ação do Governo em ambientes de grande incerteza, a consideração da cultura como fator determinante do sucesso das mudanças de métodos e abordagens da gestão pública, a importância da liderança e das habilidades dos gestores de alto nível para empreender as transformações necessárias e, finalmente, a capacidade de compreender os impactos de sua própria ação e formular políticas públicas mais avançadas são exemplos de melhorias da gestão pública.

O novo paradigma de gestão pública pressupõe a substituição do modelo de administração burocrática por um modelo mais gerencial, orientado para resultados. A conquista deve ser disseminada para todo o aparelho do Estado, incluindo práticas inovadoras, profissionais e transparentes.

Na vertente fiscal, o Estado ainda necessita passar por mudanças significativas e estruturais para **garantir o equilíbrio fiscal sustentável**. Os objetivos são a racionalização de custos e a

maximização da capacidade de investimento do Estado com recursos próprios para investir em medidas relevantes, sustentáveis e de alto impacto para a sociedade. A adoção de uma política fiscal de qualidade e o equilíbrio das contas públicas devem necessariamente ter o amplo suporte da sociedade.

É um constante desafio **aprimorar a transparência das informações e os canais de comunicação com o Governo, bem como prevenir e combater a corrupção**. Cada vez mais as instituições públicas são pressionadas para um novo padrão de gestão, que garanta a conversão efetiva dos recursos arrecadados junto à sociedade em melhoria dos serviços e qualidade de vida da população. No Brasil, o índice de transparência utilizado apresenta grande heterogeneidade entre os estados, mas o Espírito Santo se destaca no primeiro lugar do *ranking* na comparação com outras Unidades da Federação.

No que tange à corrupção, a sociedade brasileira e, também capixaba, em diferentes formas de manifestação, tem clamado pela retomada de valores como integridade, honestidade no discurso, transparência, responsabilidade e, em especial, corrupção zero. Nesse sentido, a participação social no desenvolvimento e implantação de políticas públicas deve ser ampliada e a impunidade daqueles que infringem a lei deve ser combatida fortemente.

Por fim, outro desafio a ser atacado pelo Estado, também no sentido do fazer coletivo e da transparência, é **integrar o Governo em rede com a sociedade**, a partir de mecanismos de interação efetiva. Isso requer do Estado uma real aproximação com as demandas da população. Isso pode ser feito através de audiências públicas, planejamentos de longo prazo, consultas públicas - presenciais e *online* - envolvendo diversas partes da sociedade civil organizada, além de reuniões e planejamentos regionais. É através do diálogo que se definem as prioridades às quais o servidor público deve ater-se e que se criam as condições para maior estabilidade das políticas públicas.

Para que tais objetivos sejam alcançados, o Estado precisa ser inovador e aberto à participação da sociedade. A divulgação de dados e informações não deve ser limitada, ao contrário, deve estimular as interações, utilizando as novas tecnologias da informação e comunicação como parte fundamental da estratégia de ampliar a capacidade e velocidade de inovar e entregar resultados satisfatórios para a sociedade capixaba.

4.6 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico, de modo diversificado, sustentável e inclusivo é um dos pilares estratégicos desse Governo e nesse sentido grandes desafios se colocam para a atual gestão, dos quais três são elencados como prioritários nesse momento. As metas a serem perseguidas nos próximos anos são cinco e as ações propostas são dezesseis ao todo.

1. Melhoraria do ambiente de negócios

Metas

- ✓ Reduzir o tempo de abertura de empresas;
- ✓ Buscar continuamente mais segurança jurídica.

Ações

- » Desburocratizar negócios, incluindo a simplificação das obrigações acessórias e racionalização tributária, com foco nas micro e pequenas empresas;
- » Reduzir o contencioso administrativo-tributário;
- » Estabilizar as regras que interferem nos negócios (Ex.: tributárias, ambientais).

2. Ampliar a competitividade de Espírito Santo

Metas

- ✓ Aumentar o índice de competitividade;
- ✓ Qualificar os investimentos em CT&I relativos ao PIB do Estado.

Ações

- » Modelar e implantar a rede de fibra ótica na RMGV (Metro-Gvix) e modelagem de infraestrutura de telecomunicações para todo o Estado;
- » Estruturar novos polos e condomínios empresariais públicos e privados estruturados;

- » Melhorar a qualificação da mão de obra capixaba;
- » Estruturar programas de CT&I estruturado, considerando as potencialidades regionais;
- » Estimular a melhoria da Governança Corporativa dos grupos privados;
- » Promover a atuação integrada entre os Governos para desenvolvimento da infraestrutura capixaba;
- » Otimizar o recurso público para investimentos em CT&I.

3. Atrair e promover novas oportunidades de negócios para geração de emprego e renda

Metas

- ✓ Atrair investimentos;
- ✓ Aumentar o valor das exportações dos arranjos produtivos em articulação com as *tradings* capixabas.

Ações

- » Qualificar e atrair fornecedores para adensamento de cadeias produtivas, com foco nas micro e pequenas empresas;
- » Buscar por recursos junto à organismos internacionais como bancos de desenvolvimento e fundos soberanos;
- » Melhorar a eficiência das políticas de investimento dos municípios, buscando instrumentos de apoio;
- » Estruturar programas de Economia Verde, contemplando política de eficiência e segurança energética;
- » Aproximar a economia capixaba do mercado de capitais;
- » Atrair novos investimentos, com foco na agregação de valor nos produtos e serviços, na integração vertical das cadeias produtivas e aumento da eficiência da aplicação de recursos públicos para investimentos públicos e privados;
- » Apoiar o Terceiro Setor;
- » Incentivar a realização de feiras com rodadas de negócios.

Em 2015, segundo o IBGE, o Espírito Santo apresentou um PIB de 120,36 bilhões de reais, equivalente a 2,0% do PIB brasileiro naquele mesmo ano. No período entre 2002 e 2015 o Estado teve uma taxa média de crescimento real do PIB de 3,8% a.a.¹², mesmo tendo retração em relação a 2014. O Espírito Santo foi o único entre os Estados das regiões Sul e Sudeste a apresentar taxa superior à média do Brasil.

No que tange ao ambiente de negócios, no 4º trimestre de 2017 a quantidade de trabalhadores sem carteira assinada era de 195 mil pessoas, não apresentando variação significativa em relação ao mesmo período do ano anterior e nem ao trimestre anterior¹³, o nível de ocupação, entretanto, foi estimado em 56,9%, aumentando 2,6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse modo, **melhorar o ambiente de negócios** ainda é um grande desafio para o Governo.

No entanto, o ambiente atual de fraco crescimento econômico do país deverá continuar refletindo em dificuldades de desenvolvimento nos estados, inclusive no Espírito Santo. Por isso, a produção competitiva é condição essencial para promover o desenvolvimento sustentável no Estado. Em tempos de crise, é preciso buscar fazer mais com os recursos existentes e agregar valor à produção. Produtividade, diversificação e inovação são essenciais no contexto atual.

Segundo o Índice de Competitividade calculado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) e pela *The Economist*, o Espírito Santo está em oitavo lugar no *ranking* nacional de competitividade de 2017, estando abaixo da média brasileira no quesito inovação, potencial de mercado e solidez fiscal. Além disso, a remuneração média do trabalho na economia capixaba, considerada uma possível *proxy* da produtividade do trabalhador, ficou levemente abaixo do nível nacional, em 2017 (PNAD). No Estado, o trabalhador recebe 54% mais que no Piauí, 25% menos que em São Paulo e 49% menos que no Distrito Federal. Sendo assim, **ampliar a competitividade do Espírito Santo** é um grande desafio para o Governo nos próximos anos.

Outro grande desafio para o Espírito Santo é **atrair e promover novas oportunidades de negócios para geração de emprego e renda da população**. Áreas como ciência, tecnologia e inovação (CT&I) devem ser exploradas, visando aumentar o percentual de investimentos nessas áreas relativos ao PIB do Estado. Em 2010, esse indicador representava apenas 0,10% do PIB do

¹² Fonte: IBGE. Coordenação de Contas Nacionais/ Contas Regionais do Brasil.

¹³ Fonte: PNAD. Empregados do Setor Privado.

Espírito Santo. A meta para 2020, definida no plano de longo prazo ES 2030, é que os investimentos em CT&I alcancem 0,20% do PIB estadual.

Para isso, considera-se extremamente importante a formação educacional e técnica-profissional. Em 2015, pouco mais de 15% da população jovem¹⁴ possuía nível superior completo no Estado. Além dos avanços educacionais, é necessário apoio às micro e pequenas empresas inovadoras, avanços tecnológicos nos principais setores produtivos e avanços na economia verde para geração de novas oportunidades de emprego para toda a população do Estado.

4.7 INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A infraestrutura é um dos pilares da competitividade. O Espírito Santo tem localização geográfica considerada estratégica no país nesse quesito. Estar na região Sudeste, próximo dos principais centros consumidores, produtores e de distribuição do país e, adicionalmente, ter amplo litoral voltado para as rotas internacionais e exportação e importação é uma importante vantagem competitiva. Visando potencializar esta vantagem e avançar na logística do Estado foram identificados dois grandes desafios e sete metas, além de seis ações propostas à sociedade.

Desafios:

1. Ampliar e qualificar a infraestrutura rodoviária

Metas

- ✓ Aumentar as rodovias consideradas ótimas ou boas;
- ✓ Aumentar a densidade de rodovias pavimentadas;
- ✓ Reduzir o tempo de deslocamento entre os centros urbanos;
- ✓ Reduzir o índice de acidentes de trânsito.

Ações

- » Melhorar a operação, manutenção e conservação da malha rodoviária;

¹⁴ **Fonte:** IDEG. Disponível em: <https://www.desafiosdosestados.com/indicadores-mapa>

- » Adequar trechos rodoviários existentes e construção de novos trechos (duplicação, terceira faixa, eliminação de pontos críticos, viadutos, vias laterais, etc.);
- » Melhorar a operação, manutenção e conservação da malha rodoviária;
- » Implantar contornos rodoviários prioritários.

2. Ampliar e qualificar a infraestrutura de portos, aeroportos e ferrovias

Metas

- ✓ Aumentar e diversificar a movimentação de cargas;
- ✓ Reduzir custos e tempo de transporte (*transit time*) de cargas;
- ✓ Aumentar o número de passageiros (diversificação de modais).

Ações

- » Adequar o aeroporto de Linhares para voos regionais;
- » Adequar e ampliar os acessos aos portos em parceria com o Governo Federal (Ex: Porto de Vitória, TVV, Barra do Riacho/Portocel, Porto Central);
- » Articular para implantar a ferrovia EF-118 e EF-354, duplicar a BR 262.

A integração dos modais de transporte no Estado – complexo portuário, malha ferroviária e sistema rodoviário - é reconhecida no país.

Tratando-se de rodovias, segundo dados do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) de 2013, a densidade das rodovias capixabas é a segunda maior do país, com 66,8 Km por 100 km², atrás apenas de São Paulo que apresentou densidade de 80,1 km por 100 km². No entanto, a proporção de rodovias pavimentadas estava abaixo da média brasileira (14% de rodovias pavimentadas), com apenas 11,6% de pavimentação total no mesmo período.

Com relação à qualidade das rodovias, dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) apontam que o Estado apresenta grande margem para melhoria. Apesar dos avanços na proporção de rodovias com qualidade boa ou ótima, que era de 40,1% em 2013 e passou a ser de 55,6% em 2017. Ainda é necessário vasto investimento para alcançar a condição paulista (77,8%), por exemplo. Desse modo, **ampliar e qualificar a infraestrutura rodoviária** é um grande desafio

para o Espírito Santo e requer intenso esforço de instituições públicas e privadas, além da articulação entre as instâncias federal, estadual e municipal.

Os demais modais também merecem atenção. No setor ferroviário, acredita-se que exista desbalanceamento entre oferta e demanda projetada para as ferrovias. No setor portuário, as instalações atuais apresentam limitações operacionais, causadas principalmente pelos gargalos no acesso aos portos. Em relação aos aeroportos, há problemas estruturais naqueles já construídos e em funcionamento.

Este conjunto de fatores acabou por inibir os investimentos, a competitividade das empresas capixabas e a atratividade do sistema logístico estadual. Por tais razões, é necessário um esforço coletivo dos governos federal e estadual para **ampliar e qualificar a infraestrutura de portos, aeroportos e ferrovias**.

Em relação à movimentação de cargas no Estado, em 2017 as importações, que vinham em queda desde 2014, cresceram em 24,57% em relação ao ano de 2016, enquanto as exportações, que apresentaram queda drástica a partir de 2015, retomaram aos bons resultados e avançaram 23,09%. Destaca-se o crescimento de mais de 23% da balança comercial capixaba frente aos 14% da brasileira.

4.8 DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

A dinâmica territorial do Espírito Santo é usualmente dividida entre a região do interior do Estado e a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Nas últimas décadas a expansão populacional e, também, produtiva em ambas as regiões do Estado revelam lacunas em áreas como, por exemplo, mobilidade, habitação e saneamento. Nesse contexto foram definidos seis grandes desafios para o Estado nos próximos quatro anos, sete metas a serem perseguidas e propostas dezesseis ações, como mostrado a seguir.

1. Diminuir o tempo de deslocamento das pessoas nas cidades

Metas

- ✓ Reduzir o tempo de deslocamento urbano.

Ações

- » Concluir a Leitão da Silva;
- » Implantar o BRS (Bus Rapid Service), projeto com financiamento já liberado pelo BNDES;
- » Reestruturar o projeto do Aquaviário;
- » Apoiar à implantação de ciclovias e incentivo às Prefeituras nos projetos de carros compartilhados.

2. Reduzir o índice de acidentes no trânsito

Metas

- ✓ Reduzir os acidentes de trânsito.

Ações

- » Intensificar a fiscalização de trânsito;
- » Melhorar a sinalização horizontal e vertical nos municípios com trânsito não municipalizado vinculada a ações educativas;
- » Implantar Radares urbanos e rodoviários nos pontos com maior índice de acidentes;
- » Implantar o tema educação para o trânsito nas escolas públicas.

3. Ampliar a cobertura de saneamento básico

Metas

- ✓ Aumentar a proporção de domicílios com saneamento básico adequado.

Ações

- » Ampliar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário nas áreas urbanas e de abastecimento de água nas vilas e comunidades rurais.

4. Universalizar a destinação adequada dos resíduos sólidos

Metas

- ✓ Todos os municípios com destinação adequada dos resíduos sólidos.

Ações

- » Apoiar os municípios para destinação adequada dos resíduos sólidos.

5. Reduzir o déficit habitacional e os aglomerados subnormais e irregulares

Metas

- ✓ Reduzir o déficit habitacional;
- ✓ 1,5 mil novas moradias na área rural e 3 mil na área urbana com infraestrutura;
- ✓ Reduzir a proporção de domicílios em aglomerados subnormais.

Ações

- » Apoiar a implantação de infraestrutura adequada para moradias situadas nas áreas consideradas aglomerados subnormais;
- » Regularizar propriedades urbanas.

6. Reduzir a vulnerabilidade da população aos alagamentos na região

Metas

- ✓ Reduzir áreas urbanas alagáveis.

Ações

- » Elaborar o Plano Diretor de Macrodrenagem da RMGV;
- » Concluir a 1ª etapa das obras de manejo de águas pluviais das principais bacias em Viana, Cariacica e Vila Velha.

A alta concentração populacional e, também, produtiva na região metropolitana - composta por sete municípios que juntos representam 48,5% da população capixaba¹⁵ e 56,5% do PIB do Estado¹⁶ - aliada à carência de planejamento urbano, acabam ocasionando crescentes problemas de mobilidade urbana, desperdício de recursos e dificuldades de acesso aos serviços por parte da população residente na RMGV.

Nas cidades capixabas, ainda existe uma matriz de transporte ancorada no transporte individual, apesar dos avanços do TRANSCOL - sistema metropolitano integrado, que interliga a região metropolitana através de terminais urbanos de ônibus, permitindo que o usuário pague uma única tarifa.

Nos últimos anos, observa-se maior quantidade de automóveis e motos no Estado, indicando a opção pelo transporte individual. O número de automóveis leves (automóveis, caminhonetes e camionetas) no Estado aumentou em aproximadamente 41% entre 2010 e 2016¹⁷. A frota predomina na RMGV, que concentrava cerca de 53% da frota estadual no ano de 2016. Já a frota de motos (motocicletas e motonetas) teve um crescimento um pouco mais significativo, cerca de 46%, principalmente nos municípios do interior do Espírito Santo. No entanto, a densidade de rodovias pavimentadas, por exemplo, variou cerca de 11,23% no Estado¹⁸, considerando o período de 2010. Como consequências, podem ser citados: maior congestionamento no trânsito; aumento do tempo de deslocamento entre trabalho e residência; aumento nos acidentes de trânsito, entre outros.

Na região metropolitana do Estado, o movimento dos trabalhadores (deslocamento casa-trabalho) dura, em média, aproximadamente 32 minutos, valor pouco abaixo da média nacional, de 34 minutos¹⁹ (vide gráfico 13). Em nível internacional, o tempo médio é de 22 minutos nas regiões metropolitanas²⁰. Os fatos supracitados indicam que o Estado ainda tem espaço para avançar e **diminuir o tempo de deslocamento das pessoas nas cidades para melhorar a mobilidade humana**. Nesse sentido, emergem algumas possibilidades como a implantação do Serviço Rápido por Ônibus

¹⁵Fonte: IBGE, População estimada em 2014.

¹⁶Fonte: IJSN/SEP. PIB dos Municípios do Espírito Santo, 2012.

¹⁷Fonte: DETRAN, agosto 2017. Relatório Anual de Estatística de Trânsito, disponível <https://detran.es.gov.br/anuarios-2>. Acessado em: 07/08/2018.

¹⁸Fonte: DNIT, 2010-2016 (extensão rodoviária total e pavimentada), disponível em <http://www.dnit.gov.br/>. Acessado em: 07/08/2015.

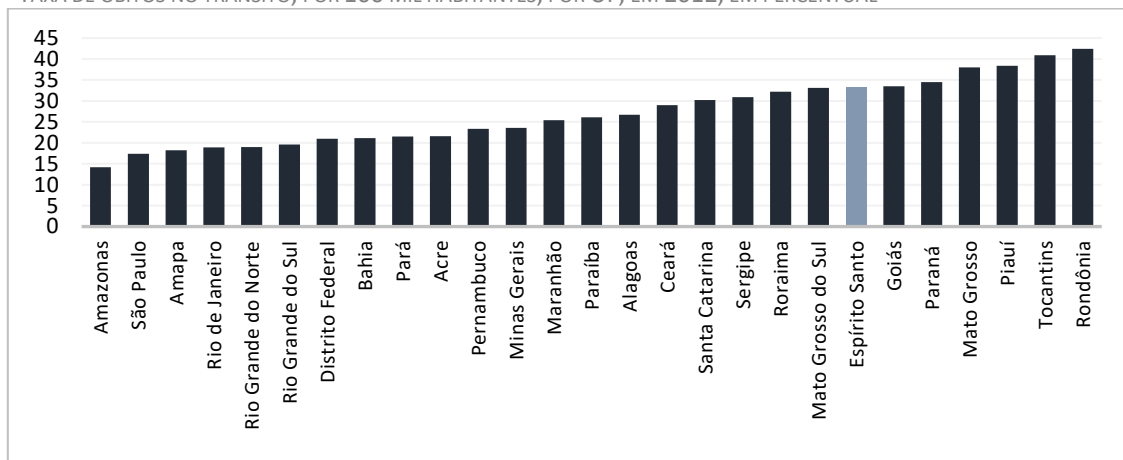
¹⁹Fonte: OPE Sociais, com base na PNAD.

²⁰Fonte: *Scorecard on Prosperity* – 2014. Disponível no ANEXO e em: http://www.bot.com/advocacy/Documents/Scorecard/Scorecard_2014.pdf

(*Bus Rapid Service* - BRS em inglês), mas tem destaque a adesão aos chamados modais alternativos, como o hidroviário e o uso de bicicletas como meio de transporte.

Ainda quanto à mobilidade dos cidadãos capixabas, mas não apenas limitando-se ao espaço metropolitano, outro grande desafio para o Espírito Santo é **reduzir o índice de acidentes de trânsito**. De acordo com dados do portal DATASUS, a taxa de óbitos no trânsito no Espírito Santo no ano de 2016 foi 2,31% em relação ao número de óbitos registrado no país no mesmo ano. Atuar nesse sentido aumenta a segurança da população no sistema viário, contribui para melhorar a mobilidade urbana e reduz a pressão sobre o sistema de saúde, já que uma das principais causas de internação é o acidente de trânsito.

» TAXA DE ÓBITOS NO TRÂNSITO, POR 100 MIL HABITANTES, POR UF, EM 2012, EM PERCENTUAL



Fonte: Mapa da Violência 2014.

Em relação às condições de saneamento básico, com base na PNAD, em 2017, o Espírito Santo apresentou a quinta melhor proporção de domicílios com saneamento básico adequado entre os estados brasileiros em 2017. Os dados mostram que 78,5% dos domicílios possuem cobertura de esgotamento sanitário. Porém, o Estado ainda está atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais. As regiões do interior do Espírito Santo são as que mais sofrem com esta carência. Assim sendo, é necessário **ampliar a cobertura de saneamento básico**, além de incentivar o reuso da água, não somente no interior, mas em todo o Estado.

No que diz respeito à habitação, o desafio para o Espírito Santo é **reduzir o déficit habitacional, o número de aglomerados subnormais e de ocupações irregulares** em todo o Estado. Observa-se que o crescimento populacional não foi acompanhado das necessárias medidas no campo do planejamento urbano e política habitacional de modo igual em todas as regiões.

Quanto à favelização, segundo dados do IBGE, 6,35% dos domicílios no Espírito Santo estão localizados em aglomerados subnormais, proporção acima da média nacional (5,6%) e 21ª entre os estados do país²¹. Esse deve ser um ponto de atenção, uma vez que a distância para Goiás, estado com menor proporção de aglomerados, é muito grande. Em relação às ocupações irregulares, o Estado e os municípios devem atuar em conjunto para reduzir entraves burocráticos e promover a regularização fundiária.

No final de 2013, a população capixaba sofreu fortes consequências por causa da grande quantidade de chuva. Assim, outro desafio importante para o desenvolvimento urbano e regional do Estado é **reduzir a vulnerabilidade da população aos alagamentos, em especial na região metropolitana**. Para isso, é preciso atuar nas frentes habitacional, no sentido da desocupação irregular e da população que vive em áreas de risco no Estado, e de infraestrutura, buscando eficiente sistema de drenagem e escoamento dos grandes volumes de chuva.

4.9 MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

A discussão das questões ambientais é realidade nas pautas de reuniões entre líderes de todos os níveis de governo. Inicialmente, os temas predominantes nesses debates eram as emissões de gases de efeito estufa e o aquecimento global. Porém, adicionalmente, questões como segurança hídrica e uso sustentável dos recursos naturais estão em voga. Por isso, foram apresentados cinco principais desafios para o Estado que abordam esses temas, além de oito metas e propostas dezessete ações, apresentados a seguir.

Desafios:

1. Ampliar e conservar a cobertura florestal do Estado

Metas

- ✓ Aumentar a cobertura florestal em 80 mil hectares.

Ações

- » Ampliar o reflorestar;

²¹ Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

- » Estimular a participação das sociedades civis na tarefa de consolidar a conscientização da necessidade de participação de todos no processo de preservação ambiental.

2. Fortalecer a segurança hídrica para abastecimento humano e atividades produtivas.

Metas

- ✓ Aumentar a reserva de água;
- ✓ Aumentar o reuso de água para uso doméstico, agrícola e industrial (%).

Ações

- » Criar Unidades de Conservação de Água (Jucu, Benevente e Santa Maria da Vitória);
- » Implantar/convergir áreas cultivadas para irrigação localizada (ex: gotejamento e *microjet*);
- » Implantar o sistema de produção e distribuição de água do Rio Reis Magos;
- » Ampliar o número de barragens públicas e privadas de uso múltiplo;
- » Elaborar Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- » Elaborar Plano de reutilização de água em parceria com municípios e sociedade civil.

3. Promover a sustentabilidade das propriedades rurais, estimulando a agregação do valor da produção agropecuária.

Metas

- ✓ Aumentar a proporção de propriedades rurais com práticas sustentáveis.

Ações

- » Incrementar o investimento em pesquisa aplicada para agricultura sustentável;
- » Capacitar proprietários e trabalhadores rurais em práticas sustentáveis;
- » Pavimentar estradas rurais (Caminhos do Campo);

4. Melhorar a qualidade do ar e da água

Metas

- ✓ Melhorar a qualidade do ar;
- ✓ Melhorar a qualidade das águas interiores (rios, lagos e lagoas);
- ✓ Melhorar a qualidade das águas das praias.

Ações

- » Implantar o Plano Estratégico de Qualidade do Ar com prioridade de estudos para a redução do pó preto na RMGV;
- » Implantar o sistema de monitoramento da qualidade ambiental e da conservação de recursos naturais;
- » Eliminar o passivo ambiental de licenciamento e de outorga.
- » Eliminar o despejo de esgoto sanitário nas praias da Gande Vitória.

5. Reduzir os impactos negativos dos eventos naturais extremos

Metas

- ✓ Melhorar a resiliência (capacidade de prevenção, resposta e recuperação) em território capixaba.

Ações

- » Estruturar as Coordenações Municipais de Proteção e Defesa Civil;
- » Consolidar o Centro Capixaba de Monitoramento Hidrometeorológico;
- » Implementar Sistema de Alerta e Alarme em municípios com menor capacidade de prevenção, resposta e recuperação.

No Espírito Santo, nos últimos anos, avanços foram feitos no sentido da preservação e recuperação de ativos naturais. A meta de cobertura florestal da Mata Atlântica, por exemplo, estipulada para 2020 no plano de longo prazo (ES 2030) de 13% de floresta recuperada foi superada já em 2015, quando o indicador alcançou aproximadamente 16% (SEAMA).

No entanto, ainda há necessidade de intensificação das atividades para usufruir, de forma sustentável, dos ativos naturais: cobertura vegetal, mananciais hídricos e paisagens. Nesse sentido, o Governo precisa manter os esforços para **ampliar e conservar a cobertura florestal do Estado e fortalecer a segurança hídrica para abastecimento humano e atividades produtivas**.

A gestão de recursos hídricos no Espírito Santo, em especial, constitui um desafio estadual muito relevante. Em primeiro lugar, vale ressaltar que o Estado vive uma das mais severas estiagens dos últimos 40 anos. Em especial, o norte do Espírito Santo foi a região mais atingida. Em segundo lugar, de acordo com dados da Agência Nacional de Águas (ANA), em 2013, havia trechos significativos dos rios em território capixaba com desbalanceamento hídrico²², resultando em criticidade quantitativa ou qualitativas em todo o Estado e até, algumas vezes, ambas as criticidades em áreas próximas à capital. Contudo, o Índice de Qualidade de Água vem apresentando melhora no Estado com a maioria dos pontos de monitoramento classificados como bons ou regulares em 2017, de acordo com a mesma fonte.

Paralelamente, além da preocupação em garantir recursos hídricos para a população capixaba, é preciso também enfrentar outro importante desafio: **reduzir os impactos negativos dos eventos naturais extremos**. Em especial, fala-se de enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações. É necessário melhorar a resiliência no território capixaba em três frentes de atuação: capacidade de prevenção de eventos extremos, capacidade de resposta a estes eventos e capacidade de recuperação dos recursos afetados, sejam eles humanos ou não.

Outro desafio para o Governo do Estado, que contribui para a melhoria da qualidade de vida da população capixaba, é **reduzir a poluição do ar e da água**. Na região metropolitana do Estado, é preciso atuar para minimizar os problemas relacionados ao “pó preto”, oriundo principalmente das indústrias. Em relação à qualidade da água, grandes riquezas do Estado, como praias, rios e lagoas estão parcialmente comprometidas.

No que tange à agricultura, o cenário também é desafiador. O setor vem sofrendo perdas de produção consideráveis com os efeitos dos eventos climáticos, como fortes chuvas ou estiagens prolongadas e tem que lidar com a necessidade de aumentar a produtividade para ganhar competitividade interna e externa ao Estado, além de agregar valor à produção rural.

²² O balanço entre a oferta de água e as demandas quantitativas (captações) e qualitativas (lançamentos de efluentes) é de fundamental importância para o diagnóstico das bacias.

As preocupações com os reflexos dessa estiagem, dentre outros problemas, como a necessidade de aumento da produtividade e da redução de custos de produção, deram luz à reflexão do uso consciente da água e também da prática de atividades sustentáveis na produção agrícola. Sustentáveis no sentido amplo. Em termos econômicos, práticas que reduzam custos e eliminem desperdícios. No que tange a sustentabilidade ambiental, são práticas que minimizam os impactos para o solo, principalmente em termos de poluição e destruição de terras férteis. Um bom exemplo é a prática de irrigação por gotejamento, que tem ganhado cada vez mais adeptos no país e, segundo dados da Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (FAES), pode chegar a gerar uma economia de até 50% de água, comparado aos sistemas tradicionais. Por fim, em relação à sustentabilidade social, essas práticas devem garantir a qualidade necessária dos produtos para atender a população capixaba.

Desse modo, outro grande desafio para o Governo do Espírito Santo é **promover a sustentabilidade das propriedades rurais, estimulando a agregação de valor da produção agropecuária** do Estado. Incentivando o uso de práticas sustentáveis que, principalmente, reduzam o desperdício de água, não degradem o solo e aumentem a lucratividade dos empresários rurais.

4.10 CULTURA, TURISMO E ESPORTE

Cultura, Turismo e Esporte são áreas estratégicas para promover a inclusão social e o desenvolvimento econômico do Espírito Santo e precisam ser pensadas conjuntamente. Em todas elas há grandes oportunidades que trazem consigo grandes desafios.

Para os próximos quatro anos, foram apresentados dois desafios, que se desdobram em cinco metas e em treze propostas de ações, conforme mostrado a seguir.

Desafios:

1. Promover a cultura, turismo e esporte com foco na inclusão social

Metas

- ✓ Garantir o acesso da população à cultura, ao turismo e ao esporte;
- ✓ Promover a cidadania por meio da cultura, turismo e esporte nos territórios de alta vulnerabilidade social.

Ações

- » Ampliar as oportunidades de emprego e renda por meio da cultura, do turismo e do esporte;
- » Apoiar à implantação e melhoria da infraestrutura de equipamentos culturais, incluindo a conservação, restauro e qualificação do patrimônio histórico e cultural;
- » Efetivar o acesso da terceira idade a programas específicos de cultura, turismo e esporte;
- » Lançar Editais de cultura e esporte com foco nas populações mais vulneráveis.

2. Inovar e potencializar a economia dos setores cultural, turístico e esportivo

Metas

- » Incrementar o fluxo turístico.
- » Aumentar o número de empreendedores nos setores da Economia Criativa;
- » Aumentar os empregos formais no turismo.

Ações

- » Fortalecer a imagem do Espírito Santo no exterior e seus diferenciais como destino turístico;
- » Apoiar e estimular o desenvolvimento de novos produtos turísticos que tragam melhor experiência ao visitante;
- » Captar recursos para obras de melhorias urbanas e rurais no âmbito cultural, turístico e esportivo;
- » Estruturar programa de Economia Criativa;
- » Atrair novos empreendimentos turísticos;
- » Promover o turismo de negócios e eventos e da rede de serviços, fomentando o crescimento da cadeia produtiva do turismo;

- » Preservar o patrimônio dos sítios históricos, valorizando seus aspectos sociais e econômicos;
- » Ampliar a divulgação cultural, turística e esportiva do Estado.

O olhar para cada uma dessas áreas – Cultura, Turismo e Esporte – pressupões uma série de desafios e atividades específicas. No turismo, diante da disponibilidade de tantas áreas verdes e praias, o Espírito Santo tem grande vocação para diversas modalidades turísticas. No interior do Estado, por exemplo, o agroturismo tem grande potencial para atrair turistas nacionais e internacionais. No verão de 2016, o número de turistas no Estado chegou a 1,019 milhão, já em 2017, o número de visitantes foi de 909.000 mil²³. Em relação ao carnaval de 2016 e 2017, os dados do Observatório do Turismo mostram um crescimento de 291 mil para 321 mil turistas. A maioria deles são os próprios capixabas ou vêm de estados vizinhos como Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No entanto, são juntas que essas três áreas ganham força para superação dos desafios atuais do Espírito Santo. O imperativo de promoção de um desenvolvimento econômico, social e sustentável nas terras capixabas nos próximos quatro anos requer da Cultura, do Turismo e do Esporte dois grandes focos: de inclusão social e de inovação.

Nesse sentido, o primeiro grande desafio para o Espírito Santo é **promover cultura, esporte e turismo com foco na inclusão social**. A cultura e também o esporte já são temas conhecidos como mecanismos de promoção e inclusão social, além de terem alto potencial educador nos cidadãos. Acresce o papel do turismo, no sentido de garantir aos cidadãos mais carentes do Estado o acesso ao turismo de lazer. Como diretriz, presente na estratégia deste Governo, o crescimento econômico deve promover a inclusão social, superando as desigualdades, criando melhores condições de emprego e renda para todos os cidadãos capixabas.

Apesar de ter apresentado o quinto melhor PIB *per capita*, em 2014, no quesito de renda domiciliar *per capita*, o Estado se igualava a média brasileira e era superior apenas a Minas Gerais entre os estados do Sul-Sudeste. Em termos de desigualdade, nos últimos três anos de medição do Coeficiente Gini, que mede o grau de desigualdade de renda no país e nos estados, o Espírito Santo

²³ Fonte: Núcleo de Estudos e Informações Turísticas/SETUR.

apresentou pequena variação negativa, passando de 0,490 em 2013 para 0,488 em 2015. Neste último ano, o Estado ficou na 12ª colocação no *ranking* comparativo entre as demais UFs²⁴.

Outra grande motivação para o Governo nesta área é **inovar e potencializar a economia dos setores cultural, turístico e esportivo**, transformando ativos tangíveis e intangíveis dessas áreas em negócios para a população capixaba. Dessa forma, as diversidades culturais, turísticas e esportivas não devem mais ser compreendidas somente como bens a serem valorizados, mas como ativos fundamentais para uma nova compreensão do desenvolvimento do Estado.

Um segmento relevante que envolve as três áreas – Cultura, Turismo e Esporte –, e que pode contribuir para ambos os desafios dessa área de resultado é o da economia criativa. Neste estão englobados diversos segmentos, como por exemplo, música, teatro, cinema, artesanato, pintura, tecnologias de informação e comunicação, entre outros. Segundo definição do Ministério da Cultura: os setores criativos são aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social²⁵.

A promoção desses setores deve visar a criação de ambiente favorável ao desenvolvimento inclusivo da população, priorizando aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio da formação e qualificação profissional e da geração de oportunidades de trabalho e renda. Adicionalmente, deve ser promovido o acesso a bens e serviços culturais, turísticos e esportivos para ampliação da cidadania nas terras capixabas.

5 Considerações Finais

Devemos reafirmar nessas considerações finais que este conjunto de desafios, metas e diretrizes apresentadas não tem a pretensão de esgotar o assunto, nem tão pouco ser uma obra finalizada e imutável. Longe disso, este documento é apenas o ponta pé de futuras discussões e reflexões junto à população capixaba, além disso, cabe ao documento cumprir a estabelecida legislação eleitoral.

²⁴ Fonte: IDEG. Disponível em: <https://www.desafiosdosestados.com/indicadores-mapa>

²⁵ Fonte: Ministério da Cultura. Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014 - 2ª edição, 2011.

Entretanto, deve-se ressaltar que a melhoria desse plano depende fundamentalmente das contribuições da população ao longo da campanha eleitoral e do próprio governo. Afinal, são os capixabas que enfrentam cotidianamente as adversidades, tendo conhecimento das causas e com toda certeza boas propostas de melhorias.

Trilharemos nosso caminho com uma proposta de governo compartilhada, tal como a verdadeira democracia sugere, com um planejamento rigoroso, priorizando sempre ações relevantes e de maior impacto, focalizando na melhoria de vida dos cidadãos espírito-santenses.